



# **O Sigilo Profissional na Odontologia: Limites Éticos e Legais Diante da Suspeita de Abuso e Violência**

## **Autor(res)**

Jonleno Coutinho Paiva Pitombo  
Camila Miguez  
Laiane Da Silva Santos Lacerda  
Ingrid Miranda Paraguassu Oliveira  
Yasmim De Souza Gomes Dos Santos

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

UNIME LAURO DE FREITAS

## **Introdução**

O sigilo profissional é um dos pilares fundamentais da ética na odontologia e em outras profissões da saúde, funcionando como um elemento crucial para a construção de uma relação de confiança entre os cirurgiões-dentistas e o paciente. Este princípio ético é essencial, pois garante que os pacientes se sintam seguros para compartilhar informações sensíveis sobre sua saúde, sem o medo de que esses dados sejam divulgados sem seu consentimento (Conselho Federal de Odontologia, 2021). A manutenção do sigilo é, portanto, não apenas uma obrigação ética, mas também um direito do paciente.

Entretanto, a questão do sigilo se complica quando surgem indícios de abuso, especialmente em populações vulneráveis, como crianças e idosos. Dentistas frequentemente estão na posição de identificar sinais de violência, dada a natureza de seu trabalho, que envolve a avaliação de condições de saúde bucal que podem ser indicativas de abuso físico ou emocional (Silva et al., 2022). A literatura aponta que a hesitação em quebrar o sigilo em casos de suspeita de abuso pode ter consequências fatais, tanto para a vítima quanto para o profissional que não age a tempo (Oliveira et al; Almeida, 2021).

A legislação brasileira também reflete a complexidade desta situação. A Lei nº 13.431/2017, que trata da proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, estabelece a obrigatoriedade de notificação por parte de profissionais de saúde, incluindo cirurgiões-dentistas, em casos de suspeita de abuso (Brasil, 2017). Essa legislação busca não apenas proteger as vítimas, mas também responsabilizar os agressores, criando um ambiente onde a sociedade deve atuar de forma proativa na proteção de indivíduos vulneráveis (Pereira et al, 2022).

Além das obrigações legais, a formação ética e profissional dos cirurgiões-dentistas é crucial para que esses profissionais possam discernir quando e como quebrar o sigilo. A literatura sugere que muitos cirurgiões-dentistas se sentem despreparados para lidar com essas situações, levando a uma subnotificação de casos de abuso (Lima et al; Costa, 2020). A falta de clareza nas diretrizes éticas muitas vezes resulta em um dilema moral, onde os cirurgiões-dentistas hesitam entre a confidencialidade e a responsabilidade de proteger a vítima (Santos et al, 2023).

A análise da ética profissional no contexto odontológico revela que a formação acadêmica muitas vezes não aborda adequadamente as nuances do sigilo em situações de abuso. Segundo Fernandes (2022), é imperativo que os currículos de odontologia incluam discussões sobre ética, legislação e a importância da notificação em casos de suspeita de violência. Essa abordagem educacional pode preparar melhor os futuros profissionais para atuarem de maneira responsável e ética (Martins et al; Costa, 2023).

Por fim, a compreensão do sigilo profissional na odontologia, especialmente diante de situações de abuso e violência, é uma questão que exige debate contínuo e formação adequada. Com o entendimento de suas responsabilidades legais e éticas, os cirurgiões-dentistas podem atuar de maneira mais efetiva, contribuindo para a proteção e a dignidade das vítimas que buscam ajuda.

### **Objetivo**

Discorrer sobre os limites éticos e legais do sigilo profissional na odontologia, considerando casos de suspeita de abuso e violência, e discutir a importância da formação ética dos profissionais para a tomada de decisão adequada em situações críticas.

### **Material e Métodos**

Este trabalho foi elaborado por meio de uma revisão de literatura, com foco em artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2015 a 2025). Foram incluídos estudos que abordam questões éticas e legais relacionadas ao sigilo profissional na odontologia, destacando a atuação do cirurgião-dentista diante de suspeitas de abuso e violência. As buscas foram realizadas em bases de dados como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, com inclusão de publicações em português, inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão compreenderam:

- Publicações entre 2015 e 2025;
- Estudos que discutissem a ética e a legalidade do sigilo profissional na odontologia;
- Trabalhos que abordassem a atuação do dentista em casos de abuso e violência.

Foram excluídos estudos que não apresentassem relevância direta ao tema e aqueles com mais de dez anos de publicação.

### **Resultados e Discussão**

A revisão da literatura revelou que o sigilo profissional na odontologia é um princípio ético amplamente reconhecido, porém, sua aplicação pode ser desafiadora em situações que envolvem suspeitas de abuso e violência. Segundo Santos (2023), a falta de clareza nas diretrizes éticas pode levar os dentistas a situações de incerteza sobre quando e como quebrar o sigilo.

Além disso, a formação contínua dos cirurgiões-dentistas é crucial para que possam agir com responsabilidade em casos de suspeita de violência. Estudos indicam que muitos profissionais se sentem despreparados para lidar com essas situações, o que pode resultar em subnotificação (Oliveira et al; Almeida, 2021). A capacitação não apenas melhora a identificação de sinais de abuso, mas também fornece um entendimento mais profundo das obrigações legais que os cirurgiões-dentistas possuem.

No que diz respeito à legislação, a Lei nº 13.431/2017 estabelece diretrizes claras para a notificação de casos de

violência contra crianças e adolescentes, o que inclui a atuação dos cirurgiões-dentistas. Porém, a implementação dessa lei ainda enfrenta desafios, como a resistência de alguns profissionais em quebrar o sigilo (Pereira et al, 2022). A literatura sugere que a colaboração entre profissionais de saúde e as autoridades é essencial para a efetividade da proteção às vítimas (Martins et al; Costa, 2023).

A ética profissional se entrelaça com a responsabilidade legal, e a falta de um entendimento claro sobre esses aspectos pode levar a decisões inadequadas. Segundo Fernandes (2022), a ética não deve ser vista como um obstáculo, mas como uma ferramenta que pode orientar os cirurgiões-dentistas em suas práticas, especialmente em contextos delicados.

A resistência à quebra do sigilo muitas vezes é alimentada por experiências passadas negativas entre os profissionais. Dentistas que já enfrentaram repercussões legais por suas decisões podem hesitar em agir, mesmo quando a situação o exige (Santos et al, 2023). Portanto, é fundamental que haja uma plataforma de apoio para que esses profissionais possam compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros.

A importância da ética na prática odontológica não pode ser subestimada. Estudos mostram que cirurgiões-dentistas que têm uma forte formação ética tendem a se sentir mais confiantes em suas decisões, mesmo em situações difíceis (Lima et al; Costa, 2020). A ética, nesse sentido, atua como um guia que ajuda os profissionais a equilibrar suas obrigações legais e a necessidade de proteger os pacientes vulneráveis.

Outro ponto a ser considerado é a necessidade de um protocolo claro para a notificação de casos de abuso. A criação de diretrizes específicas que orientem os cirurgiões-dentistas sobre como proceder diante de suspeitas de abuso pode reduzir a incerteza e aumentar a eficácia das intervenções (Fernandes et al, 2022). Um protocolo bem definido pode ajudar a padronizar as ações e garantir que as vítimas recebam a ajuda necessária.

Por fim, a colaboração entre profissionais da saúde é essencial para uma abordagem eficaz. A construção de redes de apoio que incluam cirurgiões-dentistas, médicos, assistentes sociais e psicólogos pode ajudar a criar um ambiente mais seguro para as vítimas de abuso (Oliveira et al; Almeida, 2021). A troca de informações e experiências entre essas profissões podem aprimorar a capacidade de resposta e a eficácia das intervenções.

## Conclusão

O sigilo profissional é um pilar da prática odontológica, mas sua aplicação em casos de suspeita de abuso e violência requer uma análise cuidadosa e informada. Cirurgiões-dentistas devem estar cientes das diretrizes éticas e das obrigações legais, garantindo a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores. A formação contínua e a discussão sobre esses temas são essenciais para que os profissionais possam atuar com segurança e ética, contribuindo para a saúde e o bem-estar da sociedade.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Dispõe sobre a garantia dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Código de Ética Odontológica. Brasília: CFO, 2021. Disponível em: [Inserir URL, se houver]. Acesso em: [Inserir data de acesso, se consultado online].
- FERNANDES, R. A. Ética e sigilo na odontologia: desafios e soluções. Revista Brasileira de Odontologia, Rio de Janeiro, v. 78, n. 4, p. 345-350, out./dez. 2022.
- LIMA, J. F.; COSTA, M. R. Formação e ética na odontologia: a importância da capacitação. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 145-153, jan. 2020.
- MARTINS, A. P.; COSTA, L. O. A importância da notificação em casos de abuso: a perspectiva do dentista. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 200-210, 2023.



OLIVEIRA, T. R.; ALMEIDA, E. C. Formação ética na odontologia: desafios e perspectivas. Revista de Odontologia, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 23-30, jan./mar. 2021.

PEREIRA, C. A. O sigilo profissional e suas implicações na prática odontológica. Jornal Brasileiro de Odontologia, Curitiba, v. 74, n. 3, p. 150-160, jul./set. 2022.

SANTOS, L. R. O sigilo profissional na odontologia: uma análise crítica. Revista Brasileira de Odontologia Legal, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 45-55, jan./jun. 2023.

SILVA, R. P. Ética profissional e sigilo: o papel do dentista em casos de violência. Revista de Ética e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 67-75, jul./dez. 2022.